



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005645-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Condomínio**
 Requerente: **Condominio Parque Residencial Damha II**
 Requerido: **Sergio Moreno Perea**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

Trata-se de ação de cobrança de despesas condominiais.

Sustenta o condomínio autor que o requerido é proprietário de unidade e que deixou de honrar com as despesas que montam R\$3.649,08.

A parte ré foi citada (fl. 47), para comparecer à audiência de conciliação e apresentar defesa, o que ocorreu (fl. 48).

Manifestação sobre a contestação (fls. 49/50).

É o relatório.

Decido.

O presente feito tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, II, b, do CPC, o que inclusive constou do mandado de citação (fl. 41).

Assim, e inclusive por ser o réu advogado em causa própria, por óbvio que sabia que a contestação, apresentada em audiência de conciliação, era o momento oportuno para apresentar as suas provas (art. 278, do CPC), e nada veio.

Dessa forma, não se pode acolher a alegação de ter o requerido crédito a receber do condomínio, visto que nenhuma prova foi produzida pela parte, sendo sua a obrigação. Nem se alegue a necessidade de o próprio condomínio ter de apresentar documentos sobre o tema. O réu afirmou em audiência que o seu suposto crédito derivaria de honorários por prestação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

serviços advocatícios e, assim, claro que teria documentos dos serviços prestados, tendo a obrigação de apresentá-los.

No mais, estando as despesas cobradas sustentadas na planilha de fl. 38, a procedência é de rigor.

No tocante às parcelas que se vencerem no correr da lide, são elas exigíveis, nos termos do artigo 290, do Código de Processo Civil.

Posto isso, julgo PROCEDENTE a ação de cobrança e, via de consequência, condeno a parte ré ao pagamento de R\$3.649,08, com juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária contados da citação. Em relação a parcelas eventual vencidas no correr da lide, os juros e correção deverão incidir desde a data em que as prestações deveriam ser pagas.

Condeno-a, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atualizado da condenação.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos dos arts. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura. Se o caso, expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação, sendo que a intimação se fará nos termos do § 1º, do art. 475-J, do CPC.

Ocorrendo o depósito do valor do débito exequendo sem que o executado ressalve seu direito ao exercício da impugnação, expedir-se-á mandado de levantamento ao credor, no quinto dia útil após a intimação do exequente a respeito desse pagamento.

Deixando de ser feito o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, suspendo o processo por prazo indeterminado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PRIC

São Carlos, 20 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**